

“Um retumbante Orfeu de Carapinha” no centro de São Paulo: a luta pela construção do monumento a Luiz Gama

LÚCIA KLÜCK STUMPF^I

e JÚLIO CÉSAR DE OLIVEIRA VELLOZO^{II}

DURANTE O ANO 1930 a cidade de São Paulo viveu duas campanhas que tinham como objetivo homenagear líderes do movimento abolicionista. De um lado, os estudantes da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, por meio de seu centro acadêmico, arrecadavam fundos para construir um monumento em homenagem a Rui Barbosa (1849-1923). De outro, a imprensa negra paulista, bastante ativa na cidade, fazia o mesmo para erguer uma herma a Luiz Gama (1830-1882).

Em sua edição de 12 de março de 1930, o *Diário Nacional* noticiou as duas campanhas que corriam em paralelo. Antes de tratar da coincidência inusitada, o periódico fez uma ressalva, em tom de explicação:

Não se vai fazer aqui uma comparação entre um e outro vultos. Entre Luiz Gama, *que foi simples soldado do abolicionismo* e Ruy Barbosa, é claro que não há termo de comparação. Mas coincidiu que tivéssemos que fazer uma reportagem sobre duas hermas. É o mesmo movimento cívico em torno de duas personalidades que *as nossas classes sociais* tomaram a si cultivar.¹ (grifos nossos)

A advertência do jornal denota a preocupação de que nem os homenageados e nem os proponentes das iniciativas fossem confundidos. A distinção partia do papel que, supostamente, cada um deles teria desempenhado no movimento abolicionista. De um lado estaria Rui Barbosa, tido, ao menos desde a sua intervenção em Haia (Cardim, 2007, p.85-191), como uma espécie de expressão maior da intelectualidade brasileira, tratado como um grande líder; de outro, Luiz Gama, um homem que seria, nos dizeres do jornal, um “simples soldado do abolicionismo”.

Não sendo o nosso objeto aquilatar o papel de Rui Barbosa no movimento abolicionista, chama a atenção a qualificação dada a Gama pelo jornal. O autor das *Primeiras trovas burlucas de Getulino*, muito ao contrário de ter sido “simples soldado”, foi o mais importante líder do abolicionismo em São Paulo, ar-

rastando atrás de si, em razão de suas iniciativas e da tática de luta pela abolição por ele criada, uma parcela representativa da elite da cidade. Conforme vários estudos demonstram, havia em São Paulo um círculo em torno à liderança de Gama, no qual estiveram envolvidos personagens como José Bonifácio, o moço, Lins de Vasconcelos, Américo de Campos e o próprio Rui Barbosa (Azevedo, 1999; Alonso, 2015).

A segunda diferença é a que o jornal estabelece entre os dois grupos que levavam a cabo as iniciativas. Ao dizer que “nossas classes sociais”, no plural, cultuam os abolicionistas, o jornal faz questão de marcar a diferença entre a imprensa negra, que buscava erguer a herma em homenagem a Gama, e o Centro Acadêmico XI de Agosto, que arrecadava fundos para o monumento a Barbosa. Trata-se, segundo faz questão de marcar o periódico, de dois setores diferentes, cada qual com seu *status*, posição de classe e heróis.

A “roda” de Luiz Gama

Luiz Gonzaga Pinto da Gama nasceu em 21 de junho de 1830 em Salvador, Bahia. Praticamente todos os seus dados biográficos têm como fonte uma carta escrita por ele para Lúcio de Mendonça, um amigo que lhe encomendou um relato de suas memórias, ao que aquiesceu, escrevendo um dos textos autobiográficos mais marcantes da história do gênero no Brasil (Ferreira, 2011).

Nessa carta, Gama narra uma história impressionante. Filho de uma liberta, de nome Luiza Mahim, teria ficado na companhia do pai quando a mãe se deslocou para o Rio de Janeiro. A viagem, especula ele, poderia ter sido motivada pela participação de sua mãe em atos revolucionários, como a Sabinada, ocorrida em 1837. Ao menos é o que se pode inferir do trecho em que Gama afirma que a mãe fugiu “depois da Revolução do dr. Sabino”.²

O pai de Gama, cujo nome ele nunca revelou, depois de dois anos da partida de Luiza Mahim, vendo-se endividado pelo jogo, vendeu-o como escravo. Em 10 de novembro de 1840, Luiz Gama, escravizado ilegalmente, foi embarcado para o Rio de Janeiro, aos dez anos de idade. Depois de ter ficado nas mãos de um atravessador de escravos, foi vendido para o alferes Antônio Pereira Cardoso, um outro comprador e vendedor de cativos (Azevedo, 1999, p.36-8; Ferreira, 2011; Silva, 1981). Por ser baiano – os escravos da Bahia gozavam de fama de rebeldes desde a Revolta dos Malês –, Gama transformou-se no que se chamava de refugo, ou seja, foi rejeitado por diversos compradores. O futuro líder abolicionista acabou sendo fixado como escravo doméstico do homem que tentara comercializá-lo.

Em determinado momento de sua trajetória, quando tinha dezessete anos, a casa na qual Gama morava recebeu como hóspede Antônio Rodrigues do Prado Júnior, que aproveitou os vagares da vida de estudante para ensinar ao menino as primeiras letras. Depois disso, em circunstâncias ainda não esclarecidas pelos estudiosos de sua vida e obra, Gama fugiu, conseguiu provar que a sua escravização fora ilegal e tornou-se homem livre. Mais tarde, com base no

letramento que adquiriu e alargou, conseguiu empregos públicos que lhe possibilitaram avançar ainda mais no esforço autodidata. Em algum tempo, auferiu conhecimentos em matéria jurídica suficientes para obter autorização para advogar, ainda que não tivesse cursado a faculdade de direito.

Em 1868, quando trabalhava como amanuense da polícia de São Paulo e já havia libertado mais 30 cativos na justiça, deparou com o caso do negro escravizado Jacinto. Este, vindo do interior da província, procurara Gama para reivindicar a sua liberdade, alegando ter sido introduzido em São Paulo depois da Lei Feijó de 1831, que proibira a entrada de novos escravos (Azevedo, 1999). Apesar de a lei ter sido inócua em combater a atividade dos traficantes, na medida em que o comércio de cativos se ampliou, a lei de 1831 foi a base para muitas das ações de liberdade impetradas por escravos por intermédio de seus curadores, especialmente a partir da década de 1850 (Grinberg, 2002; Chalhoub, 1990; Alencastro, 2000).

Diante do caso de Jacinto, Luiz Gama entrou com uma ação pedindo que o escravo fosse depositado em juízo imediatamente, para que o processo tivesse prosseguimento, como era a praxe nesses casos. Antônio Pinto do Rego Freitas, juiz suplente em São Paulo e membro importante da elite da cidade, negou provimento ao pedido de Gama, alegando que o solicitante deveria fazê-lo na cidade onde Jacinto vivia. A negativa de Rego Freitas motivou uma resposta duríssima de Gama, que, nas páginas de um jornal, atacou a decisão, qualificando a decisão do juiz como “ofensiva da lei” e exigindo que o juiz cumprisse o seu “rigoroso dever”. O texto ia além, afirmando que o autor tinha coragem e moralidade para enfrentar o juiz e fazer que ele revisse o seu “fútil despacho” (Azevedo, 1999, p.118).

Os ataques resultaram em um processo de Rego Freitas contra Luiz Gama, além da sua demissão do emprego, depois de 12 anos de serviço, graças às relações que o magistrado tinha com o presidente da província. O desfecho do processo judicial, porém, seria favorável a Gama, que saiu vitorioso e consagrado: após defender a si próprio no tribunal de modo brilhante, foi acompanhado de uma pequena multidão até a sua casa, em episódio fartamente noticiado pela imprensa. Além disso, seus amigos, em comemoração ao feito, encomendaram um retrato do rábula realizado por Augusto Militão (Azevedo, 1999, p.110-27).

O retrato realizado por Militão consolidou-se como a mais marcante imagem de Luiz Gama, reproduzida até os dias de hoje (Figura 1). A opção do fotógrafo de retratá-lo ressaltando as suas características físicas de homem negro era pouco usual à época. Para além das opções estéticas de um artista com as qualidades de Militão, transparece na imagem um tipo de caracterização que o próprio Gama havia escolhido para si, conforme veremos.

A estratégia de Gama de valer-se do retrato fotográfico como instrumento de valorização de traços fenotípicos característicos da raça negra remete à prática



Figura 1 – Retrato de Luiz Gama realizado por Militão Augusto de Azevedo. C. 1870.

adotada pelo abolicionista estadunidense Frederick Douglass (? – 1895). Douglass foi um entusiasta da técnica fotográfica, a que considerava a mais democrática das artes (Stauffer et al., 2015). Escreveu ao menos quatro discursos sobre o tema e é considerado o mais prolífico crítico fotográfico do período da Guerra Civil Americana (1861-1864). Tendo realizado seu primeiro registro por daguerreotipo em 1841, Douglass transformou-se no estadunidense mais fotografado de sua época, tendo colecionado cerca de 160 retratos ao longo da vida, enquanto o presidente Abraham Lincoln tem 126 registros conhecidos. Em seus retratos, o líder negro evitava adereços chamativos ou fundos rebuscados a fim de focar a atenção em seu rosto de traços marcantes, assim como faz Luiz Gama.

Após a vitória marcante sobre Rego Freitas, Gama se consolidou no papel de principal líder do movimento abolicionista em São Paulo. Apoiado em relações estreitas com a elite local, construídas por meio do movimento republicano paulista e de sua liderança na maçonaria, especialmente na Loja América, Gama foi construtor de um verdadeiro movimento social e uma tática de luta que polarizaram o movimento abolicionista paulista durante a década de 1870 e parte da de 1880 (Alonso, 2015, p.116).

Essa tática consistia em ter como centro o embate no judiciário, mediante a impetração de ações na justiça que pediam a liberdade dos cativos, a partir de uma cadeia ampla de argumentos jurídicos. Os processos eram acompanha-

dos de toda uma complexa rede de apoios, que incluíam doadores financeiros comprometidos com a causa, outros advogados que dividiam tarefa com Gama, médicos que forneciam perícias favoráveis aos escravos, atividades de rua que arrecadavam dinheiro e realizavam propaganda abolicionista. Desse modo, o caminho utilizado por Gama acabou por envolver um conjunto muito diverso de setores sociais, em um arco que ia de libertos a filhos de ricas e tradicionais famílias da cidade, o que foi chamado por um contemporâneo de “a roda de Luiz Gama” (Alonso, 2015, p.106; Azevedo, 1999, p.259).

Esse tipo de liderança exercida por um homem negro não era caso único no período. Conforme demonstrou Ângela Alonso, a campanha nacional pela abolição teve como líderes centrais nomes como André Rebouças, José do Patrocínio e Vicente Ferreira de Souza – todos negros. Mas o caso de Gama ganha relevo, por sua origem e pela pequena distância de tempo que separa sua condição de cativo do posto ocupado de líder político e intelectual de uma fração representativa da elite paulista.

O papel central ocupado por Gama tem uma expressão importante nos registros do seu cortejo fúnebre. O relato de Raul Pompeia – descontados os possíveis exageros de alguém que admirava Gama a ponto de afirmar que o líder abolicionista tinha “um trono em minha alma” – dá conta da caminhada que arrastou mais de três mil pessoas em uma cidade de 100 mil habitantes. Compareceram o vice-presidente da província e um escravista empedernido como Martinho Prado, que Pompeia considerou que havia sido abolicionista, ao menos naquele dia. Durante o cortejo, quando a caminhada já chegava ao seu final, registra o autor de *O Ateneu*, os negros tomaram as alças do caixão das mãos dos brancos e conduziram o corpo de Gama até o seu destino final.³

A disputa pelas alças do caixão, tendo sido verdadeira ou imaginada pela licença poética de Pompeia, é, no mínimo, uma boa metáfora do que aconteceria por ocasião da campanha para a construção do monumento em homenagem ao abolicionista realizada entre 1929 e 1931. Como em 1882, houve uma disputa simbólica: por meio de uma imprensa que era fruto de sua auto-organização, o movimento negro batalhou por cravar na cidade, a essa altura já cheia de homenagens a vultos locais e nacionais, um representante da herança africana. A simbologia de ter um homem negro representado por um monumento desse tipo se ampliava, na medida em que Gama, durante toda a sua trajetória, fez questão de afirmar-se como tal, valorizando aspectos fenotípicos que marcavam a negritude, com destaque para os seus cabelos e barba. Para ficarmos em apenas um exemplo dessa forte afirmação de identidade, em um de seus poemas mais famosos, *Lá vai verso*, ele se apresenta como um “Orfeu de Carapinha” (Gama, 2000).

Nossa pesquisa demonstrou que, apesar de encontrar guarida e apoio em algumas poucas figuras da administração pública de São Paulo, a luta por construir o monumento foi levada a cabo pelo movimento negro, fato que, inclusive,

como já destacado por Ligia Fonseca Ferreira, ficou marcado em baixo relevo na face frontal do pedestal da obra executada por Yolando Malozzi: “Por iniciativa do *Progresso*, homenagem dos pretos do Brasil”.

A luta pelo monumento

Progresso, conforme demonstrou Ligia Fonseca Ferreira (2011) em estudo pioneiro e seminal, era o nome do jornal que liderou a campanha para arrecadar recursos para a construção da herma de Luiz Gama. Criado por Argentino Celso Wanderley e Lino Guedes, *Progresso* compôs o que Roger Bastide (1973) caracterizou como segunda fase da imprensa negra paulista. Nesse momento, conforme o sociólogo francês, a imprensa negra viveu a passagem da reivindicação jornalística à reivindicação política, cumprindo o papel de reclamar direitos e “elevar o nome dessa raça”, como afirma o manifesto que estampou a capa do primeiro número do periódico, publicado em 23 de junho de 1928. O noticioso de periodicidade mensal teve, ao menos, 42 edições, encerrando sua circulação, aparentemente, em 15 de novembro de 1931.⁴

José Correia Leite, fonte fundamental sobre a história da imprensa negra paulista, apresentou o jornal *Progresso* como “órgão noticioso da comissão da herma do Luiz Gama” (Silva, 2007, p.88). Entretanto, tendo surgido em junho de 1928, foi apenas na edição de número 16 datada de 26 de setembro de 1929 que o jornal lançou a campanha pela construção do monumento em homenagem ao “filho dileto da desgraça”. E se depois disso as matérias e notas emulando esforços para a construção da herma tornaram-se obrigatórias em todas as edições do jornal, até então nada se havia aventado sobre tal empreendimento, o que mostra que a atividade do periódico ia além da luta por erguer o monumento.

Na publicação de setembro de 1929, em matéria de capa intitulada “Nosso dever”, João Eugênio da Costa clamou “aos pretos de São Paulo” que fizessem representar “numa praça um homem que na mudez do bronze fale do valor do negro, que Isabel fez ingressar na sociedade que o relegava”. A herma de Luiz Gama a ser construída serviria como “altar para retemperar nosso civismo”. Apesar do otimismo do colaborador do mensário, expresso na certeza de que “com um pequeno esforço só nas associações dançantes angariaremos o que basta para que a ideia se torne realidade”,⁵ a construção da herma enfrentaria ainda muitas dificuldades e revezes parciais, até a sua inauguração, ocorrida a 22 de novembro de 1931.

Na edição do *Progresso* que circulou em agosto de 1929, imediatamente anterior àquela que efetivamente lançou a campanha em prol da ereção da herma à Luiz Gama, o mesmo João Eugênio assinou uma coluna intitulada “Dívidas esquecidas” em que aventa a construção de um monumento em bronze que rememorasse os que haviam lutado pela abolição. Nesse texto, em que cita Luiz Gama e José do Patrocínio como possíveis mercedores de tal prêmio, o autor os ombreia a Simon Bolívar e San Martín, a quem Bolívia e Argentina já haviam

prestado o seu reconhecimento em forma de estátuas erguidas em praça pública. Interessante perceber o contraponto que João Eugênio propõe ao afirmar que “nesta parte do Novo Continente há não uma nação, mas um povo, uma raça forte que sofreu as torpezas da escravidão, que ainda nada fez aos seus libertadores”.⁶ O redator encerra o texto sem vaticinar quem deveria ser o homenageado, de forma que ao repercutir essa nota, outro importante periódico da imprensa negra paulista, *O Clarim d’Alvorada*, a tratou como “um justo apelo em prol de um busto a Luiz Gama ou Patrocínio”.⁷ A aproximação do centenário de nascimento de Luiz Gama parece ter sido o dado definidor do impasse, servindo como oportunidade valiosa para promover o resgate de tal dívida.

A luta pelos recursos

Desde o momento de lançamento da campanha para a ereção da herma, os organizadores tinham uma data fixada para a inauguração: 21 de junho de 1930, primeiro centenário de nascimento de Luiz Gama. É em torno desse objetivo que se constitui em outubro de 1929 a “Comissão Pró-Herma Luiz Gama”, composta por “colaboradores e amigos do *Progresso*”.⁸ Tendo sido amplamente divulgada pela imprensa paulistana,⁹ a Comissão encetou seus trabalhos oficiando o prefeito de São Paulo sobre sua intenção e pedindo a indicação de uma praça adequada a receber tal monumento. No mês seguinte, a primeira vitória concreta: em sessão realizada no dia 4 de novembro, a Câmara Municipal indica à Prefeitura que “auxilie com a quantia de cinco contos de reis a construção do monumento comemorativo do centenário do nascimento de Luiz Gama, que terá lugar em 21 de junho de 1930, por iniciativa do jornal *Progresso*, órgão defensor da raça negra”.¹⁰

O ano 1930 começa com os trabalhos da comissão a todo o vapor. A edição do *Progresso* que circulou em janeiro desse ano apresentou Yolando Mallozzi (1901-1968), tratado como “jovem escultor”, como o artista convidado pela Comissão para realizar o busto.¹¹ No dia 11 de março a Comissão enviou um requerimento ao prefeito em que solicita a designação da “parte ajardinada do Largo do Arouche” como local que receberá a herma “no dia 21 de junho do corrente”.¹²

Artista contratado, local decidido, gestos de apoio avultando. O que a Comissão não conseguia resolver era a escassez de recursos. Lino Guedes, o mais importante líder da empreitada, queixava-se que apesar dos encarregados percorrerem as associações todos os domingos pedindo auxílio, “a importância assim arrecadada não chegou ainda a um conto de réis”. A isso se somavam os cinco contos designados pela Câmara e uma promessa do governo baiano, “cuja importância não sabemos ainda em quanto monta”.¹³

A dificuldade de reunir o valor suficiente para realizar o empreendimento parece ter levado a Comissão a clamar pelo apoio de outros setores da sociedade, que não apenas aqueles ligados ao movimento negro. O “chamado aos pretos do Brasil” que marcou os primeiros meses da campanha pela ereção da herma

ganhava novos contornos, como podemos notar neste trecho publicado no *Progresso* em abril de 1930:

Mas é preciso não esquecer que a libertação dos escravos não foi motivo de jubilo somente para os pretos, porém para todos os corações cristãos. Eis porque não se pode deixar somente sobre os ombros dos mais humildes e menos abastados a realização da justa consagração cívica ao abnegado abolicionista.¹⁴

O primeiro adiamento

Em paralelo aos eventos de angariação de fundos que não iam tão bem, avançavam as tratativas entre o escultor Yolando Mallozzi e a Comissão pró-herma. No dia 14 de maio de 1930 Mallozzi entregou um memorial descritivo do monumento acompanhado de maquete que seria em seguida remetido à Prefeitura. Segundo o documento assinado pelo escultor:

Compor-se-á esse monumento de um busto do homenageado, em bronze, medindo de altura aproximadamente 1,20 m – assente sobre um pedestal em granito cinzento, cujo pedestal mede de altura desde o solo 2,20 m. A base será em forma retangular medindo 1,20 x 0,80 m. O busto do homenageado terá a atitude de tribuno e o pedestal será executado num caráter essencialmente moderno.¹⁵

Em posse desse material, no dia 2 de junho a Prefeitura do município nomeou um júri para “decidir sobre o merecimento artístico do projeto”.¹⁶ Tal júri só enviaria seu parecer cerca de três meses mais tarde. Antes disso, ainda em junho, engenheiros a serviço da Prefeitura solicitaram modificações no pedestal projetado por Mallozzi para que “assim melhor a herma se adapte ao local escolhido, que é a parte ajardinada do Largo do Arouche”.¹⁷ Dessa forma, sem dinheiro nem projeto artístico resolvidos, o centenário de nascimento de Luiz Gama foi comemorado sem sombra da herma almejada para marcar tal ocasião.

Mesmo sem a homenagem em bronze erguida, o dia 21 de junho não passaria sem que o movimento se pronunciasse já que o centenário do nascimento de Luiz Gama foi celebrado não só em São Paulo, mas também no Rio de Janeiro. Na capital paulista, a Comissão pró-herma tratou de organizar um dia de atividades intensas. Uma missa celebrada por iniciativa da Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, na Igreja do Rosário, abriu as homenagens. Em seguida realizou-se uma procissão ao túmulo do autor de *Trovas burlescas de Getulino* no cemitério da Consolação. O dia encerrou-se com uma conferência do promotor público Dr. Pedro de Oliveira Netto no Theatro Apollo.

O jornal *Clarim d’Alvorada* lançou uma edição especial alusiva à data no próprio 21 de junho. Sob a chamada “Ave, Luiz Gama”, seguiu-se um texto duro, no qual o redator censura parte do movimento negro “contra a mentira e o criminoso descaso dos negros pergaminhados, dos filhotes da proteção política, que vivem surdos e emudecidos a tudo o que diz respeito aos nossos valores

históricos”. Sem referir-se explicitamente ao malogro da iniciativa de inauguração da herma, o redator lamenta que nessa data que “devia ser uma grande jornada cívica da raça negra [...] a pretensão dos negros idealistas modernos não permite – dado o desamor, a insinceridade e o desinteresse da massa – as grandes honras do cumprimento do dever”.¹⁸

Ao registrar suas memórias em depoimento oral colhido pelo ensaísta e escritor Cuti anos mais tarde, porém, José Correia Leite, fundador do *Clarim* e provável autor de tal desafogo, confunde as datas e afirma que a herma foi efetivamente inaugurada pela Comissão neste dia (Silva, 2007, p.88). A imprecisão em relação à data – natural em se tratando de um registro de memória oral – pode ter sido a fonte geradora de uma série de outros escritos que datam a inauguração da herma como tendo ocorrido em 21 de junho de 1930, quando efetivamente só foi viabilizada mais de um ano depois, em 22 de novembro de 1931. Menos do que um preciosismo de datação, a correção desse equívoco é importante para ressaltar os obstáculos que as lideranças negras polarizadas pelo jornal *Progresso* tiveram que transpor para que o monumento fosse erguido, conforme veremos.

Apesar de não ter conseguido cumprir o objetivo de inaugurar o monumento como ponto alto da celebração do centenário de nascimento do líder abolicionista, a Comissão pró-herma avançava, ainda que com dificuldades, na luta por arrastar os poderes públicos para contribuir com a tarefa. Na data comemorativa, 21 de junho, o vereador Couto de Magalhães proferiu na Câmara Municipal um discurso sobre Luiz Gama, no qual lembrou dos esforços impetrados pela comissão em prol do monumento.¹⁹ Nessa ocasião, foi anunciada a nova data para a inauguração do busto: 23 de agosto seguinte, aniversário de passamento do líder abolicionista.²⁰

Preto contra branco

Para que esse objetivo fosse cumprido, seguiam-se os esforços de realizar atividades beneficentes em vistas de reunir o montante necessário. No dia 24 de junho de 1930 um jogo de futebol de “brancos contra pretos” foi organizado pelo C. A. Brasil. Um reforço importante garantiu visibilidade ao evento: o mais popular jogador em atuação no país, Arthur Friedenreich (1892-1969), participaria da partida.

Friedenreich, que atendia pela alcunha de *El Tigre*, foi um dos primeiros jogadores negros a atuar na seleção brasileira, quando o futebol ainda era um esporte amador no Brasil. Nos primeiros anos de sua criação, o *foot-ball*, jogo trazido pela colônia inglesa, era um jogo de elite, reservado aos brancos, tanto na arquibancada quanto dentro das quatro linhas. Aos poucos, negros e mulatos foram sendo aceitos nos clubes e a isso se seguiu o fenômeno da criação de times compostos exclusivamente por negros como foi o caso do São Geraldo, Cravos Vermelhos Club, Sul Africano, para citar só aqueles da capital paulista (Gomes, 2005, p.41).

El Tigre, filho de pai alemão e mãe negra, fez fama como autor do gol da vitória da seleção brasileira contra o Uruguai no Campeonato Sul-Americano de 1919, primeiro título conquistado pelo escrete do país. Tal feito realizado por um mulato, ainda que um que tentasse disfarçar tal fenótipo gastando “pelo menos meia hora amansando o cabelo antes de entrar em campo”, é ainda hoje considerado como o marco que “abriu o caminho para a democratização do futebol brasileiro” em referência à abertura dos times para atletas negros (Filho, 2003, p.61-9).

Entende-se, pois, o frisson causado pelo anúncio da participação de Friedenreich no jogo beneficente pró-herma de Luiz Gama. Como afirmou o jornal *Correio Paulistano*, tal gesto evidenciou a vontade do jogador de “auxiliar de alguma forma com os que tem sobre os seus ombros as responsabilidades da ereção da herma”.²¹ Curioso, porém, saber que o atacante atuou como juiz da partida, eximindo-se assim de tomar partido entre as seleções preta e branca, como foram chamados os times. O jogador justificou a opção alegando estar sob tratamento médico. Segundo o cronista Mário Filho, porém, tal prática era recorrente em se tratando de *El Tigre*:

Friedenreich tinha pai alemão, e não queria ser mulato. Nem mesmo quando se separou o branco do preto, quando se quis ver quem jogava mais, o branco ou o preto. Formava-se uma escrete de brancos, uma escrete de pretos e mulatos, Friedenreich não era escalado em nenhum dos dois. (Filho, 2003, p.119)

Friedenreich e Gama guardavam a semelhança de serem filhos de pai branco e mãe negra. Diferiam, porém, na forma como se relacionavam com a herança africana que possuíam. Enquanto *El Tigre* optou por ser o juiz do *derby*, aquele sem cor dentro das quatro linhas, o filho dileto da desgraça, por sua vez “com orgulho dizia: Sou negro, não mulato”.²² Nem preto e nem branco, a seu modo, a primeira grande estrela do futebol brasileiro fez questão de deixar a sua marca na campanha pela eternização em bronze do líder abolicionista.

Em busca de um “marco glorioso”

O dia 23 de agosto, aniversário de morte de Luiz Gama e nova data anunciada pela Comissão para a inauguração do busto, chegou sem que se a conclusão de tal empreitada se avizinhasse. A edição do *Progresso* que entrou em circulação em 20 de agosto de 1930 comunicava que a inauguração seria mais uma vez adiada. Os organizadores creditaram o não cumprimento da segunda data marcada à demora na entrega do parecer da comissão formada pela prefeitura para avaliar o projeto do escultor Yolando Mallozzi. Dessa forma, um novo marco fora fixado:

Dependendo desse documento a inauguração do bronze, a Comissão pensa poder satisfazer seu propósito em 28 de setembro para o que não tem poupado esforços, lançando mão de todos os meios para que o mais breve possível os pretos do Brasil possam orgulhar de possuir um representante numa das principais praças de S. Paulo.²³

O dia 28 de setembro, data da assinatura da Lei do Ventre Livre ou Lei Rio Branco ocorrida em 1871, era, então, uma data celebrada pelo movimento negro. Na edição de outubro de 1928 o *Progresso* anunciava a iniciativa encampada pelo jornal *O Clarim d'Alvorada*, tendo à frente José Correia Leite, para que esse dia fosse oficializado no calendário nacional como o dia da Mãe Preta. Mas uma vez mais as pretensões da Comissão de inaugurar a herma em um “marco glorioso” do movimento negro seriam frustradas.

O chamado júri artístico, constituído por três engenheiros indicados pelo prefeito Pires do Rio para avaliar os méritos do projeto de Yolando Mallozzi,²⁴ emitiu seu parecer apenas no dia 10 de setembro. Para além de, mais uma vez, atrasar a inauguração da herma, a comissão de engenheiros colocaria mais óbices à iniciativa. Diz o documento:

Julgamos tratar-se de um trabalho digno de consideração, mas suscetível de alterações do ponto de vista artístico. Adotando-se a modelagem dita clássica para a figura como se fez no caso presente, julgamos sugerir ao autor certas alterações, consubstanciadas na variante que nos apresentou o sr. Mallozzi. Quanto ao local, parece-nos feliz a escolha da extremidade ajardinada do largo do Arouche, como está indicada na planta anexa.²⁵

As alterações sugeridas concentraram-se na forma do pedestal, que já havia sido adaptado anteriormente pelo escultor a pedido de técnicos da Prefeitura para que melhor se assentasse no local previsto para sua colocação. A comissão de engenheiros, chamada de júri artístico, pareceu, porém, buscar merecer tal denominação ao qualificar essa decisão como uma imposição “artística” que visava garantir maior harmonia estética à peça. Presume-se, pelo parecer, que os engenheiros desgostaram da figura de bronze, que seguia uma “modelagem dita clássica”, estar colocada sobre um pedestal de “caráter essencialmente moderno”. Resolvido esse impasse, é apenas em 27 de setembro, na véspera da nova data de inauguração fixada pela Comissão, que o prefeito de São Paulo devolveu à Câmara Municipal o requerimento, solicitando que a casa parlamentar aprovasse a permissão para sua construção.²⁶ Desnecessário dizer que mais uma vez a inauguração da herma precisou ser reagendada.

Na edição do jornal que entrou em circulação no dia 28 de setembro de 1930 os redatores do *Progresso* não afiançaram uma nova data para o descortinamento do monumento. Tendo-se desobrigado dos trâmites burocráticos que envolviam a construção da herma a partir da aprovação do projeto pela Prefeitura, restava à Comissão angariar os fundos necessários.

Passado um ano do lançamento da campanha pela construção do bronze, os responsáveis pela empreitada reforçavam o apelo para que as pessoas passassem do apoio moral ao material: “O apoio moral tem muito valor, mas no caso presente o apoio material é o que mais vale. O que se projeta, embora não pareça, reclama grande soma. E muito mais ainda do que já angariou necessita a Comissão”.²⁷

Dias depois eclodiria no país a Revolução de 1930, movimento armado que destituiu o presidente Washington Luiz e impediu a posse de Júlio Prestes. O período conturbado vivenciado especialmente em São Paulo nessa ocasião deve ter motivado a suspensão da circulação do *Progresso* no mês de outubro. Em novembro o jornal voltava à baila com o propósito de garantir a construção da herma inabalado. Para tanto, a Comissão não tardou em apresentar o projeto ao interventor federal em São Paulo, a quem pediu apoio pecuniário afim de “desobrigar-se o mais breve possível da incumbência que se revestiu”.²⁸

Com a Câmara Municipal extinta pela força do golpe, a comissão viu irem embora os cinco contos de réis que haviam sido assegurados para a construção da herma. Alentaram-se, porém, com a promessa do interventor local de apoiar a realização de festivais em benefício da construção do monumento. Nesse marco foi finalmente conquistada a assinatura do Decreto Municipal autorizando a sua construção. O Ato n.84 de 6 de fevereiro de 1931 da Prefeitura Municipal de São Paulo concedeu a licença definitiva para colocação da herma de Luiz Gama no Largo do Arouche, ainda que isso não significasse a resolução do imbróglio financeiro que inviabilizava a construção.

Ao longo de todo o ano de 1931 a Comissão pró-herma viu-se envolvida em atividades diversas com a finalidade de reunir o dinheiro necessário. Já não marcavam mais a data do feito, e às vezes, em razão dos sucessivos adiamentos, viam-se levados a responder às “inventivas que espíritos menos avisados têm assacado aos cavaleiros que em parte pretendem resgatar a dívida que o Brasil deve a um se de seus mais humildes filhos”.²⁹ No mês de março de 1931 a Comissão conquistou o apoio dos estudantes do Largo São Francisco que já haviam, então, inaugurado não uma herma, mas uma estátua de Rui Barbosa no Vale do Anhangabaú. Uma reunião realizada no Clube Universitário definiu pelo apoio “à feliz iniciativa de um grupo de elementos da raça negra” pela construção da herma.³⁰ Em conjunto com os acadêmicos foi realizado o primeiro ato da campanha celebrado no Theatro Municipal, que contou com a palestra de Cardoso de Melo Neto.

Em junho de 1931 o modelo em gesso foi entregue pelo escultor Yolando Mallozzi à fundição que realizaria o bronze. O bloco de granito para o pedestal, que se chegou a aventar trazer da Bahia, foi enfim doado pelo Grupo Carnavalesco Campos Elíseos, agremiação gerida pelo coordenador da comissão Argentino Wanderley, e também já estava sendo preparado pelo escultor. Animados com esses avanços, mas cautelosos pelas malfadadas experiências anteriores, os membros da comissão anunciaram que “*possivelmente* no mês próximo, na data da morte do iniciador da campanha abolicionista em nosso estado, se dê o lançamento”.³¹ A cautela se demonstrou justificada – não foi possível inaugurar o monumento no aniversário de passamento de Luiz Gama, mais uma vez.

A pedra fundamental da herma seria enfim lançada no dia 15 de novembro e o monumento pode ser finalmente desfraldado em 22 de novembro de

1931, fora de qualquer “marco glorioso” do movimento negro e com 17 meses de atraso em relação ao previsto inicialmente. O ato foi muito noticiado não só pelos jornais da imprensa negra, mas também pelos grandes diários do estado, como o *Diário Nacional* e *O Estado de S. Paulo*. No dia da inauguração, além de uma missa e de uma conferência no Theatro Boa Vista, foi realizado pela primeira vez um cortejo saindo da herma no Largo do Arouche rumo ao túmulo de Luiz Gama no Cemitério da Consolação – trajeto esse que se tornaria tradicional nos atos e encontros do movimento negro de São Paulo. Encerravam-se assim com uma suada, mas consistente vitória os trabalhos da comissão que atuou por mais de dois anos pela construção daquele que seria o primeiro monumento em memória a um negro erguido na cidade de São Paulo.

A voz do bronze

A herma de Luiz Gama constitui-se, segundo pena do próprio escultor, de um busto do homenageado em atitude de tribuno, colocado sobre um pedestal de granito executado em caráter moderno.³² O bronze é imponente, medindo 1,10 metro e apresentando um retrato do abolicionista em postura solene, lançando o olhar ao horizonte.³³ Gama é retratado vestindo uma pesada casaca transpassada, elegantemente adornada por uma gravata em laço que lhe envolve o pescoço. A barba e o cabelo aparecem cuidadosamente aparados, crescidos apenas o suficiente para que se perceba a natureza lanosa de sua textura, ricamente trabalhada pelo cinzel do artista. Seus traços são finamente tratados, à maneira da escola verista italiana, de forma a evidenciar o apuro técnico do escultor, mas não dar margem a muito mais do que isso. A busca da semelhança com o retratado regia a prática escultórica nesse período e era tudo o mais que se esperava do autor de uma herma. Uma peça bastante significativa, porém, na sua aparente simplicidade (Figura 2).



Fotografia: MuBE Virtual.

Figura 2 – Busto de Luiz Gama, detalhe. Largo do Arouche, São Paulo.

Para executar o bronze, Mallozzi parece ter se valido de diferentes retratos de Gama conhecidos até hoje, a partir dos quais construiu uma síntese. Em todos – são ao menos três – o líder abolicionista sustenta a mesma postura firme, queixo erguido e olhar ao horizonte, vestindo casaca elegante e gravata *lavallière*. A feição imutável do retratado faz que, em um olhar descuidado, os diferentes registros pareçam todos o mesmo clichê. A diferença é percebida em pequenos detalhes, como o modelo das vestes ou as marcas de tempo expressa pela mancha clara na barba de Gama. Tal singularidade traz como ponto positivo a rápida identificação do personagem forjado em bronze por qualquer um que já tenha tropeçado em sua história.

Do alto dos 1,55 m do pedestal de granito, somado ao tamanho do bronze, o transeunte observa a herma em *contra-plongée*, sem alcançar o olhar do tribuno. Instalado na “parte ajardinada do Largo do Arouche”, relativamente isolado das demais peças escultóricas que habitam aquela praça,³⁴ o busto de Gama parece ter sido cuidadosamente disposto de forma a deixar-lhe com o olhar frontalmente voltado à rua que recebeu o nome de seu desafeto, Rego Freitas. Propositadamente ou não, tal arranjo faz que a herma eternize em bronze não só a imagem do autor de *Trovas burlescas*, como também o litígio jurídico que lhe alçou ao centro das disputas abolicionistas em São Paulo.

Yolando Mallozzi, o artista incumbido pela Comissão para realizar a herma de Gama, contava então 29 anos e não tinha produzido nenhuma obra de vulto quando recebeu tal convite. Não encontramos nenhum registro que desse pistas sobre os caminhos que levaram a escolha de Mallozzi. Sabendo, porém, das limitações financeiras enfrentadas na construção do monumento, supõe-se o porquê da escolha de um artista iniciante, a quem a realização de um monumento público seria por si só um tento importante. Além disso, apesar de implume, Mallozzi tinha a chancela do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, instituição responsável por quase a totalidade de esculturas e monumentos públicos produzidos na cidade do início do século XX até meados da década de 1930 (Araújo; Laudanna, 2010, p.35).

Descendente de italianos como boa parte dos escultores atuantes em São Paulo nesse momento, Mallozzi saiu de Atibaia, cidade em que nasceu, rumo à capital paulista em 1917 a fim de estudar o ofício da escultura. Foi então recebido no ateliê de Nicola Rollo (1889-1970), de quem obteve os primeiros ensinamentos. Em 1922 matriculou-se no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, instituição que frequentou até 1926, onde tomou lições com Amadeo Zani (1869-1944).

Nessa época, com o enriquecimento movido pela expansão da atividade cafeeira, São Paulo se consolidava como polo de atração para artistas em busca de encomendas públicas e privadas. O Liceu de Artes e Ofícios, fundado em 1873,³⁵ incorporou em seus quadros muitos artistas imigrantes, entre eles alguns escultores vindos da Itália, como Amadeo Zani, Nicola Rollo Ettore Ximenes, Elio di Gusto, responsáveis pela importação do verismo italiano à prática escultórica ensinada na instituição (Araújo; Laudanna, 2010).

A primeira incursão de Yolando Mallozzi em uma concorrência pública deu-se em 1929, quando o escultor se inscreveu no edital para construção do Monumento a Ramos de Azevedo, em São Paulo. Seu projeto, no entanto, não foi selecionado. No ano seguinte, em janeiro, Mallozzi foi anunciado pela Comissão pro-herma de Luiz Gama como o artista responsável pela concepção e execução da escultura prevista para ser inaugurada poucos meses depois.

No mesmo período, Mallozzi participou da concorrência para a construção do Monumento a Campos Salles promovido pela Prefeitura de Campinas, da qual sairia vencedor.³⁶ O processo de construção desse grande conjunto escultórico, cercado de dificuldades e contraditos, demandaria muito o artista até março de 1933, quando foi finalmente inaugurado.³⁷ Essa foi a obra de maior relevo de Mallozzi, que também é autor de um monumento a Santos Dumont erguido no aeroclube de Curitiba, um busto de Pedro II que atualmente compõe o acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo, além de uma série de bustos e estátuas espalhados em sua cidade natal, Atibaia, em honra à elite e a autoridades locais.

O autor da herma de Luiz Gama logrou alguns prêmios da Sociedade Paulista de Belas Artes, como a Grande Medalha de Prata em 1934 e a Pequena Medalha de Ouro em 1953. Mallozzi, porém, nunca chegaria a receber reconhecimento artístico no nível de colegas como Humberto Cozzo e Julio Guerra, ambos igualmente formados por Amadeo Zani e autores de monumentos públicos consagrados na cidade de São Paulo.

Do projeto à execução

A pesquisa junto ao Arquivo Histórico do Departamento de Patrimônio Histórico de São Paulo nos permitiu conhecer o projeto inicial de Mallozzi submetido à avaliação da Prefeitura (Figura 3). Cotejando esses primeiros desenhos, o memorial escrito pelo artista e a execução definitiva da escultura é possível perceber algumas modificações no desenvolvimento da empresa.

Na peça em bronze a alteração mais evidente dá-se pela retirada dos braços da figura, que nos primeiros desenhos aparecem cruzados à frente do corpo, em posição de descanso. Ainda que não haja uma definição rigorosa sobre o tema, a maior parte dos bustos escultóricos limitam-se a representar cabeça, pescoço, torso e ombros, tal qual a herma foi executada. Além disso, curioso perceber que no memorial o artista afirma que o homenageado terá “atitude de tribuno”. Se da postura rígida e altiva da figura em bronze não se pode dizer tanto, menos semelhança com uma “atitude de tribuno” possui a escultura tal qual projetada inicialmente, com os braços cruzados, indicando repouso.

Quanto ao pedestal, lembremos que Mallozzi o projeta para ter “caráter essencialmente moderno”, o que na linguagem escultórica do período refere-se ao uso de linhas retas na estrutura granítica. Supomos, a partir da leitura do parecer, que foi tal qualificação que motivou o pedido de alteração feito pelo júri artístico, desgostoso da junção de uma figura em bronze de modelagem clássi-

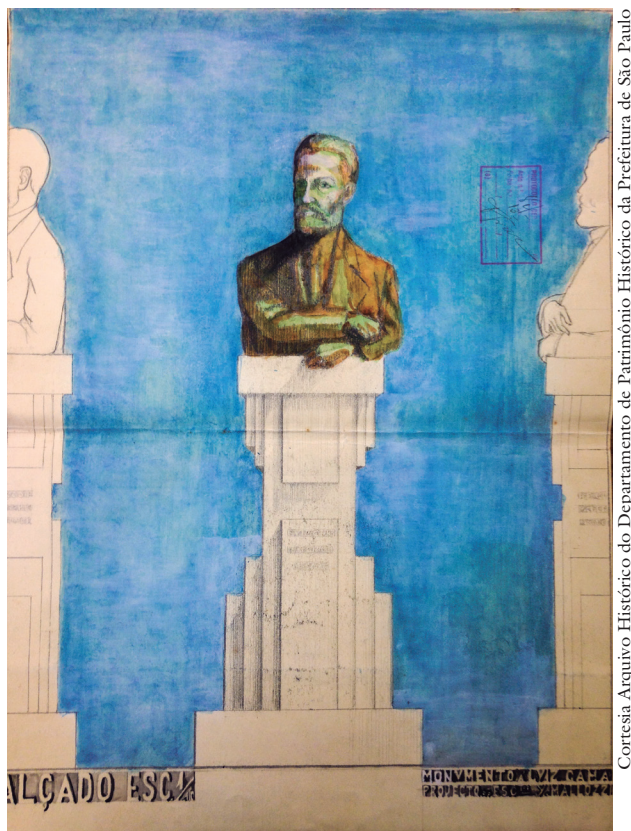


Figura 3 – Projeto do Monumento à Luiz Gama. Yolando Mallozzi.

Cortesia Arquivo Histórico do Departamento de Patrimônio Histórico da Prefeitura de São Paulo

ca com uma base pretensamente moderna. Fato é que nos desenhos iniciais o escultor sugere um pedestal bastante sóbrio, adornado por camadas entalhadas na pedra em corte seco e linhas retas, o qual sustentaria uma base quadrada que apoiaria o bronze. Já na peça final, a herma aparece sustentada por quatro colunas justapostas. O granito rosado, ofertado pelo C.C. Campos Elíseos – diferente do tipo cinza indicado pelo artista no memorial – ganhou uma modelagem que remete às colunatas clássicas em estilo dórico (Figura 4).

O conjunto escultórico é completado por uma inscrição em baixo relevo na face frontal do pedestal onde se lê: “Luiz Gama – por iniciativa do *Progresso* – homenagem dos pretos do Brasil”. Na base da peça, face frontal, uma placa em bronze informa: “Comissão executiva: Argentino Celso Vanderley; Horácio Cunha; Adalberto Pires de Freitas; Benedito Henrique Dias; Euclides Silvério dos Santos; João Eugênio da Costa; Raul de Moraes; Lino Guedes. São Paulo, 22.11.1931. Granito oferecido pelo G.C. Campos Eliseos”. A assinatura do artista aparece na face lateral direita do bronze.

Mãe Preta

A campanha pela ereção da herma a Luiz Gama deu-se em São Paulo ao mesmo tempo em que no Rio de Janeiro, então capital do país, corria ação semelhante voltada ao resgate da memória da “Mãe Preta”. Por proposta de Cândido de Campos, jornalista e proprietário do jornal *A Notícia*, foi lançada



Fotografia: MuBE Virtual.

Figura 4 – Busto de Luiz Gama,
Largo do Arouche, São Paulo.

em abril de 1926 uma campanha pelo erguimento de um monumento que expressasse “os sentimentos de amor e da *gratidão* pela raça dolorosa trazida da África” (Cunha et al., 2007, p.317). Apesar de o discurso da *gratidão* ser comum às duas iniciativas, os setores que as impulsionaram em São Paulo e no Rio de Janeiro eram bem distintos.

A campanha pelo monumento à Mãe Preta idealizada por Campos rapidamente reuniu apoios expressivos de setores da elite, como o manifestado pelo presidente Washington Luiz que afirmou que “a realização de tal monumento será mais uma demonstração de *fraternidade* entre as raças” (ibidem, p.324). Coelho Neto, escritor de prestígio na época e autor do romance *Rei Negro*, publicado em 1914, foi eleito presidente da Comissão. É certo também que setores do movimento negro abraçaram a ideia de Campos e fizeram parte do esforço pela construção do monumento, mas a condução da campanha nas mãos de setores da elite política e econômica do país deu ao processo de construção do monumento à Mãe Preta um caráter identitário menos marcante do que no caso do busto de Gama.

A pesquisadora norte-americana Micol Siegel demonstrou os meandros da articulação entre movimentos sociais, intelectuais e elites a partir do cotejamento das iniciativas em prol da construção de um monumento celebrativo à figura da *Mammy* nos Estados Unidos e à sua equivalente no Brasil, a *Mãe*

Preta. Segundo a autora, na campanha realizada no Rio de Janeiro a retórica da *harmonia racial* se evidencia desde a escolha da figura eleita para “glorificar a raça”. A Mãe Preta, caracterizada por Campos como “a mais comovida evocação da nossa alma”, atendia à construção de um imaginário de *fraternidade* – como evocado pelo presidente Washington Luiz – que caracterizaria o *encontro* das raças no Brasil (Cunha et al., 2007, p.316-46).

Siegel afirma ainda que a representação da feminilidade negra expressa pelo monumento à Mãe Negra criou um dilema para os partidários da homenagem à raça africana. Nesse sentido, considera que a campanha pela celebração de um homem negro de expressão – como a levada à cabo pela herma de Luiz Gama – foi a forma encontrada por frações do movimento negro para se esquivar de tal incomodo (ibidem, p.322). Para nós, porém, neste ponto a questão se colocou de outra forma.

A terceira edição do jornal *Progresso*, lançada em agosto de 1928, apresenta na primeira página duas matérias: uma endereçada a recordar os 35 anos da morte de Luiz Gama; outra em alusão à Mãe Preta, “legítima e verdadeira mãe dos brasileiros”.³⁸ Na edição de outubro do mesmo ano, o jornal dedicou a primeira página novamente à Mãe Preta. A motivação agora era clara: o mensário de Lino Guedes repercutia a campanha lançada pelo seu correlato *Clarim d’Alvorada* para que o país oficializasse o dia 28 de setembro, marco da assinatura da Lei do Ventre Livre, como o “Dia da Mãe Preta”. Na mesma matéria, ao dar efusivo apoio à “justa pretensão” de José Correia Leite, o redator do *Progresso* relatava os avanços obtidos pelo presidente da Comissão do monumento à Mãe Preta, Coelho Neto, e parabenizava *A Notícia*, “brilhante folha que aventou a ideia da ereção do monumento”³⁹ no Rio de Janeiro.

Quando o *Progresso* lançou efetivamente a campanha pela herma de Luiz Gama, em setembro de 1929, a empresa pela homenagem à Mãe Preta estava em pleno vapor na capital do país. Ao mesmo tempo, o *Clarim d’Alvorada* assumia para si a celebração de tal figura em São Paulo, por meio da campanha para institucionalizar o dia 28 de setembro como data em sua memória. Não havia, dessa forma, nenhuma concorrência entre as iniciativas.

Fato é que, se a campanha pela herma de Luiz Gama levou muito mais tempo do que previra para alcançar seu objetivo, o monumento à Mãe Negra emulado desde 1926 no Rio de Janeiro só seria construído 27 anos depois, em São Paulo. A escultura à Mãe Preta erguida no Largo do Paissandu em 1955 não guarda, aliás, filiação direta com a campanha iniciada por Cândido de Campos. Aquela iniciativa malogrou com a Revolução de 1930, que desestruturou a comissão criada para sua implementação.

Anos mais tarde, novamente por iniciativa de uma agremiação da sociedade civil, dessa vez o Clube 220 que “congregava a família de cor de São Paulo”, um novo esforço de homenagear a raça negra a partir da elevação de um busto da Mãe Preta se realiza. Inserido nos festejos das celebrações do IV Centenário

de São Paulo, contando com o apoio da Câmara de Vereadores, foi inaugurado o monumento à Mãe Preta de autoria de Júlio Guerra no ano de 1955. A obra, hoje uma das mais presentes no imaginário escultórico da cidade, tratada como ícone devotivo capaz de integrar rituais sincréticos a quem se ofertam flores, velas, comidas, foi inicialmente rejeitada pelo seu caráter estético essencialmente moderno.

José Correia Leite expressou assim seu descontentamento com a execução da peça de autoria de Júlio Guerra:

Se fosse uma branca não permitiriam que um artista fizesse uma figura deformada como aquela. Por que não fizeram como um José Bonifácio que tem ali na Praça Ramos, o Anchieta da praça da Sé, todos os outros monumentos com traços bonitos? Por que fazer uma negra descomunal, quando todo mundo sabe que uma negra daquela não entraria na casa grande para dar de mamar a um filho de senhor, com aquele pé grande? (Silva, 2007, p.99)

O teor controverso da crítica guarda mais do que uma rejeição às formas modernas da escultura.

O bronze da gratidão

Gratidão é o sentimento mais evocado pelas matérias do *Progresso* para aludir à motivação da campanha em prol da herma de Luiz Gama.⁴⁰ A construção do monumento seria a maneira com a qual “os pretos do Brasil vão resgatar uma dívida de gratidão”⁴¹ com o líder abolicionista. Encontramos o mesmo termo empregado pelo jornal *O Clarim d’Alvorada* quando anunciou a campanha liderada pelo *Progresso* com vias a “desobrigar a nossa raça dessa dívida de gratidão”.⁴²

Segundo trabalho coordenado por Paulo Knauss sobre o conjunto de monumentos urbanos da cidade do Rio de Janeiro, tal acervo pode ser compreendido a partir de três enunciados – vaidade, exclusão e gratidão –, sendo este último “o enunciado que corresponde ao maior número de peças da imaginária de caráter histórico” (Knauss et. al., 1999, p.9). No argumento desenvolvido pelos autores, porém, as peças reunidas sob a definição de *gratidão* fazem referência à personagens da história oficial, sendo erigidas por iniciativa do Estado que, dessa forma, perpetuam não só a imagem do representado, mas a gratidão da sociedade à ação do próprio Estado – peças autocelebrativas do poder público, em última análise, portanto.

A narrativa feita até aqui sobre a construção da herma de Luiz Gama mostra que tal iniciativa foi levada a cabo pelo movimento negro, atuando às margens da municipalidade, quando não contra ela. Tal movimento não é inédito. Ao longo do século XX observa-se uma apropriação da prática monumental, até então de iniciativa quase que exclusiva do Estado, pela sociedade civil que propicia a diversidade de sujeitos celebrados (Knauss et al., 1999).

Pensando no sistema classificatório sugerido pela pesquisa citada, ainda que ao longo da campanha o sentimento expresso pela comissão pró-herma

com mais ênfase tenha sido o de *gratidão*, o monumento a Luiz Gama está mais bem acomodado sob o enunciado da *exclusão*, uma vez que se refere a um segmento social alvo de violento preconceito e ativa exclusão, que precisou lutar por sua inscrição no tecido social da cidade. A “dívida esquecida” pelo Estado e resgatada pelo *Progresso* atendia a uma demanda de natureza identitária, antes de histórica. Organizada pela imprensa negra paulista, a campanha pela herma de Gama atendeu à necessidade de fazer-se representar não um personagem da abolição, apenas – para isso já havia o busto de João Mendes, inaugurado em 1913, ou a estátua de Rui Barbosa, erigida em 1931. O que se fez por iniciativa do *Progresso* foi uma “homenagem dos pretos do Brasil” em memória a um “ilustre filho da raça”. O fato de que, em seu nascedouro, a ideia da homenagem apontava tanto para Gama quanto para Patrocínio reforça esse sentido. A *gratidão* do movimento negro para com Gama tratou de reparar a *exclusão* dos negros da cenografia urbana de São Paulo.

Luiz Gama em mãos negras

Apesar de seu enorme papel na luta pela abolição e de ter sido a mais importante figura dessa batalha em São Paulo, as instituições que construíram a memória da cidade e da província não haviam se ocupado em dar lugar para Luiz Gama entre as personalidades que haviam recebido a distinção de ter um busto erguido em sua homenagem. Como os negros que, segundo Raul Pompeia, disputaram com os brancos as alças do caixão do Orfeu de Carapinha em seu cortejo fúnebre, o *Progresso*, jornal da imprensa negra paulista, reivindicou para si a responsabilidade de erguer o monumento que serviria de “altar para retemperar o civismo” da raça. O primeiro monumento em honra à memória de um negro em São Paulo foi erguido por mãos negras, “em nome dos pretos do Brasil”, como se fez inscrever no granito que o sustenta.

Uma nota publicada pelo jornal *Diário de Notícias* em 1929 anuncia que, mais uma vez naquele ano, a tradicional Parada Cívica realizada no dia 13 de maio sairia do busto de João Mendes, na praça de mesmo nome, rumo ao Cemitério da Consolação onde se profeririam discursos em memória a Antônio Bento, Luiz Gama, entre outros. Simbólico notar que desde o dia de inauguração da herma tal trajeto foi modificado, passando a ter como marco de encontro o monumento de Gama no Largo do Arouche. Essa mudança de local guarda antes de tudo uma alteração de sentidos da memória celebrada por tal tradição.

A herma de Luiz Gama, como documento histórico, fala mais sobre o movimento negro da década de 1930 do que sobre as lutas do autor de *Trovas burlescas* pela abolição da escravidão. É um marco simbólico importante do momento auge da imprensa negra paulista, assim resgatado por pesquisa de Ligia Ferreira que foi quem primeiro relacionou a inscrição da frente da escultura ao mensário de Luis Guedes e Argentino Wanderley. O resgate das minúcias que envolveram o desenrolar da campanha liderada pelo *Progresso* apresentada neste artigo revelam o caráter de luta identitária contido na iniciativa de se erguer tal

monumento e as dificuldades decorrentes disso. O impedimento de inaugurá-lo na data inicialmente proposta, marcando as comemorações do centenário de nascimento de Luiz Gama, e os seguintes adiamentos de seu desfraldamento são dados significativos da falta de apoio que o movimento negro em São Paulo enfrentou quando buscou corrigir a ausência da representação negra nos monumentos históricos da cidade.

O busto de Luiz Gama não se esvaziou na paisagem com o passar dos anos, servindo ainda hoje de marco referencial para o movimento negro, que parte de lá para as suas caminhadas no aniversário do homenageado. Isso ocorre porque há um compartilhamento entre o que a escultura representa e o que lhe dá sentido. O monumento atua como espaço de memória coletiva – da luta dos negros por igualdade de direitos – e como lugar de história – sobre a imprensa negra paulista e o movimento negro da década de 1930. Ao lançar luzes à história de sua construção, relatando o esforço e insistência que possibilitou sua existência, esperamos ter contribuído para a recepção da herma de Luiz Gama, de forma a manter viva tanto a memória da ação do abolicionista na cena da cidade de São Paulo quanto do movimento negro que a ergueu.

Notas

- 1 Duas hermas estão para ser erigidas nessa capital. *Diário Nacional*, São Paulo, 12 de março de 1930, p.5.
- 2 Apud Mennucci (1938).
- 3 Raul Pompeia, Última página da vida de um grande homem. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1882, p.1.
- 4 Esse é número de edições que consta na coleção do periódico no arquivo do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (Cedap-Unesp), fundo pesquisado para realização do presente artigo.
- 5 João Eugênio Costa, Nosso dever. *Progresso*, São Paulo, 26 de setembro de 1929, p.1.
- 6 João Eugênio Costa, Dívidas esquecidas. *Progresso*, São Paulo, 31 de agosto de 1929, p.2.
- 7 Um justo apelo em prol de um busto a Luiz Gama ou Patrocínio. *Clarim da Alvorada*, São Paulo, 28 de setembro de 1929, p.4.
- 8 A comissão foi assim constituída: presidente, Alípio Antônio da Silva; secretário-geral, Lino Guedes; secretário, Frederico Baptista de Souza; tesoureiro, Horácio da Cunha; comissão de propaganda, Euclides Silverio dos Santos, Argentino Celso Wanderley, Benedicto H. Dias e João Eugênio da Costa. Cf. Luiz Gama, o mestiço que fez a abolição vae ter uma herma. *Progresso*, São Paulo, 31 de outubro de 1929, p.1.
- 9 Cf. Luiz Gama, o poeta negro que cantou a dor do negro. *Diário Nacional*, São Paulo, 12 de outubro de 1929, p.1; *Clarim da Alvorada*, São Paulo, 27 de outubro de 1929.
- 10 *Annaes da Câmara Municipal de São Paulo, 1929*, p.633. Indicação n.58 de 1929. Assinam os vereadores: Synesio Rocha, Luiz Fonseca, Nestor Alberto de Macedo,

Couto de Magalhães, M. Pereira Netto, Goffredo T. da Silva Telles, Almeirindo M. Gonçalves, Daniel Cardoso.

- 11 A voz do bronze. *Progresso*, São Paulo, 31 de janeiro de 1930, p.1.
- 12 Arquivo Histórico do Departamento de Patrimônio Histórico da Prefeitura de São Paulo. Pasta STLP: 04A.036. Processo n.2001-0.186.051-6. N. de capa: 10.500/1931; 48.816/30; 25.955/30; 13.856/30.
- 13 Duas hermas estão para ser erigidas nesta capital. *Diário Nacional*, São Paulo, 12 de março de 1930, p.5.
- 14 Justa consagração, *Progresso*, São Paulo, 20 de abril de 1930, p.1.
- 15 Arquivo Histórico do Departamento de Patrimônio Histórico da Prefeitura de São Paulo. Pasta STLP: 04A.036. Processo n.2001-0.186.051-6. N. de capa: 10.500/1931; 48.816/30; 25.955/30; 13.856/30.
- 16 Arquivo Histórico do Departamento de Patrimônio Histórico da Prefeitura de São Paulo. Pasta STLP: 04A.036. Processo n.2001-0.186.051-6. N. de capa: 10.500/1931; 48.816/30; 25.955/30; 13.856/30.
- 17 Marco Glorioso. *Progresso*, São Paulo, 31 de junho de 1930, p.1.
- 18 Ave, Luiz Gama. *O Clarim d'Alvorada*. 21 de junho de 1930, p.1.
- 19 *Annaes da Câmara Municipal de São Paulo, 1930*, p.203-5.
- 20 O centenário de Luiz Gama. *Diário Nacional*, São Paulo, 21 de junho de 1930, p.5.
- 21 Desempate da “Taça Luiz Gama”. *Correio Paulistano*, São Paulo, 24 de junho de 1930, p.7.
- 22 Um apelo aos pretos brasileiros. *Progresso*, São Paulo, 20 de abril de 1930, p.2.
- 23 A morte do lutador. *Progresso*, São Paulo, 20 de agosto 1930, p.1.
- 24 O júri artístico indicado pelo prefeito Pires do Rio foi composto pelos engenheiros Ricardo Severo, Luiz Anhaia Melo e Queiroz Telles.
- 25 Arquivo Histórico do Departamento de Patrimônio Histórico da Prefeitura de São Paulo. Pasta STLP: 04A.036. Processo n.2001-0.186.051-6. N. de capa: 10.500/1931; 48.816/30; 25.955/30; 13.856/30.
- 26 Câmara Municipal de São Paulo, Comissão de Justiça e Obras. Protocolo 10, fls2 n.158. 27 de setembro de 1930.
- 27 Um grande gesto de nobre coração. *Progresso*, São Paulo, 28 de setembro de 1930, p.1.
- 28 Luiz Gama. *Progresso*, São Paulo, dezembro 1930, p.1.
- 29 Uma linda atitude. *Progresso*, São Paulo, janeiro de 1931, p.1.
- 30 A herma a Luiz Gama. *Diário Nacional*, Rio de Janeiro, 5 de março de 1931, p. 2.
- 31 O bronze da gratidão. *Progresso*, São Paulo, 31 de junho de 1931, p.1.
- 32 Memorial descritivo do futuro monumento à Luiz Gama. Arquivo Histórico do Departamento de Patrimônio Histórico da Prefeitura de São Paulo. Pasta STLP: 04A.036. Processo n.2001-0.186.051-6. N. de capa: 10.500/1931; 48.816/30; 25.955/30; 13.856/30.
- 33 A herma em bronze mede 1,10m x 0,90m x 0,55m; o pedestal em granito mede 1,55m x 0,60m x 0,60m.

- 34 Quando da instalação da herma de Gama, em 1931, o Largo do Arouche contava apenas com dois conjuntos escultóricos: *Amor Materno*, de Charles-Louis Virion, transferido para lá em 1922, e *A menina e o bezerro*, de Christophe, de 1922. Os demais bustos e esculturas hoje dispostos no Largo são posteriores à inauguração da herma de Gama. Cf. *Inventário de Obras de arte em logradouros públicos da cidade de São Paulo*, Prefeitura de São Paulo, Departamento de Patrimônio Histórico, 2013.
- 35 Em 14 de dezembro de 1873 foi fundada em São Paulo a Sociedade Propagadora da Instrução Popular, com vistas a criar uma escola profissionalizante. Em 1º de setembro de 1882 a instituição muda o nome e passa a ser conhecida como Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Cf. Dupré (1984).
- 36 *O Estado de S. Paulo*, 11 julho de 1930.
- 37 Sobre a construção do monumento a Campos Sales, ver Uhle (2006).
- 38 Mãe Negra. *Progresso*, São Paulo, 19 de agosto de 1928, p.1.
- 39 Grata efeméride. *Progresso*, São Paulo, 12 de outubro de 1928, p.2.
- 40 Cf. *Progresso* edições de: outubro de 1929; junho de 1930; agosto de 1931; outubro de 1931, entre outros.
- 41 O bronze da gratidão. *Progresso*, São Paulo, 31 de junho de 1930, p.1.
- 42 *O Clarim*, São Paulo, 27 de outubro de 1929.

Referências

- ALENCASTRO, L. F. de. *O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- ALONSO, A. *Flores, votos e balas. O movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2015.
- ARAÚJO, E.; LAUDANNA, M. (Org.) *De Valentim a Valentim*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.
- AZEVEDO, E. *Orfeu de carapinha. A trajetória de Luiz Gama na Imperial Cidade de São Paulo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- _____. *O direito dos escravos. Lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.
- BASTIDE, R. A imprensa negra do Estado de São Paulo. In: *Estudos Afro-brasileiros*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- CARDIM, C. H. *A raiz das coisas*. Rui Barbosa: o Brasil no mundo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CHALHOUB, S. *Visões da liberdade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- CUNHA, O. M. G. da et al. (Org.) *Quase-cidadão: história e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- DUPRÉ, R. *111 anos de Liceu*. São Paulo: Editora Pini, 1984.
- FERREIRA, L. F. *Luiz Gama (1830-1882): étude sur la vie et l'œuvre d'un Noir citoyen, militant de la lutte anti-esclavagiste au Brésil*. Paris, 2001. 4v. Tese (Doutorado) – Universidade de Paris 3 / Sorbonne Nouvelle. Paris, 2001.

- FERREIRA, L. *Com a palavra, Luiz Gama*. Poemas, artigos, cartas, máximas. São Paulo: Imesp, 2011.
- FERRARA, M. N. *A imprensa negra paulista*. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.
- FILHO, M. *O negro no futebol brasileiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.
- GAMA, L. *Primeiras trovas burlescas e outros poemas*. Org., introdução e notas Ligia Fonseca Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- GOMES, F. *Negros e política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- GRINBERG, K. *O fiador dos brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- KNAUSS, P. et al. (Org.) *Cidade vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999.
- MENNUCCI, S. *O precursor do abolicionismo no Brasil (Luiz Gama)*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938.
- SILVA, J. R. da. *Luiz Gama e suas poesias satíricas*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1981.
- SILVA, L. *...E disse o velho militante José Correia Leite*. São Paulo: Noovha América, 2007.
- STAUFFER, J. et al. *Picturing Frederick Douglass: an illustrated biography of the 19th century most photographed American*. Liveright, 2015.
- UHLE, A. R. *De casaca ao pé da estação: história do monumento a Campos Sales*. Campinas, 2006. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2006.

RESUMO – Neste artigo investigamos a construção do primeiro monumento público em homenagem a um líder negro erigido em São Paulo: o busto de Luiz Gama, situado no Largo do Arouche, no centro da cidade. Analisamos a campanha para a sua ereção, a concepção artística da herma, as dificuldades enfrentadas pelos que dirigiram a iniciativa diante dos obstáculos colocados pelos poderes públicos. Todo o processo, ocorrido entre 1929 e 1931, foi levado a cabo pela imprensa negra da cidade, mais especificamente pelos realizadores do jornal *Progresso*, de forma independente. Ao relatar de modo detalhado a luta por concretizar a homenagem, revelando aspectos importantes da relação da imprensa negra com a cidade, a presente pesquisa busca demonstrar o forte conteúdo identitário da iniciativa, além de precisar os dados referentes à datação da construção e inauguração do monumento.

PALAVRAS-CHAVE: Luiz Gama (1830-1882), Yolando Mallozzi (1901-1968), Escultura, Monumentos públicos, Imprensa negra paulista.

ABSTRACT – In this article, we investigate the erection of the first public monument in honor of a black leader build in São Paulo: the bust of Luiz Gama, located in downtown Largo do Arouche. We analyzed the campaign for its erection, the artistic concept of the bust, the difficulties faced by those who directed the initiative in the face of obstacles posed by the public authorities. The entire process, which took place between 1929 and 1931, was carried out by the black-owned press, more specifically by the directors of the newspaper *Progresso*, independently. In detailing the struggle to bring about the

homage, revealing important aspects of the relationship between the black-owned press and the city, this study seeks to demonstrate the strong identity content of the initiative, as well as to specify the dates of the construction and inauguration of the monument.

KEYWORDS: Luiz Gama (1830-1882), Yolando Mallozzi (1901-1968), Sculpture; Public monuments, Black-owned press (São Paulo).

Lúcia Klück Stumpf é mestre em Culturas Brasileiras pelo Instituto de Estudos Brasileiros da USP, doutoranda no programa de pós-graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP com estágio sanduíche realizado no Global History Department, Princeton University, bolsista Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior, Capes/MEC.

@ – luciasmumpf@gmail.com

Júlio César de Oliveira Vellozo é historiador, mestre em Culturas Brasileiras pelo Instituto de Estudos Brasileiros da USP, doutor em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, professor da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie e dos cursos de mestrado e doutorado em Direito da Fadis.

@ – juliovellozo@gmail.com

Recebido em 25.4.2017 e aceito em 23.5.2017.

¹ Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.

^{II} Faculdade de Direito, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, São Paulo, Brasil.